

Estudos e práticas da economia (e da) política de comunicações na América Latina¹

Edgard Rebouças²

RESUMO

Este artigo expõe um panorama do que vem sendo debatido na América Latina com referenciais da economia política das comunicações e das indústrias culturais ao longo dos últimos 50 anos. Mostra ainda como pesquisadores latino-americanos têm se destacado pela junção de aportes do espaço público habermasiano, das políticas de comunicações, da economia política ortodoxa, das “novas” tecnologias e das indústrias culturais. O texto trata também dos riscos da ideologização e/ou do economicismo de muitos estudos e conclui observando a necessidade de mais diálogos entre pesquisadores e áreas.

Palavras-chave: América Latina; hibridismo metodológico; economia política; políticas de comunicações; indústrias culturais.

ABSTRACT

This article expose a panorama of that is being debated in Latin America with theoretical references of the political economy of communications and the cultural industries to the long one of last 50 years. It also shows as Latin American researchers have worked with the hybridization of those approaches: the habermasian public space, the communications policies, the orthodox political economy, the “new” technologies and the cultural industries. The text also deals with the risks of the ideologization and/or the economicism of many studies and concludes observing the necessity of more dialogues between researchers and fields.

Keywords: Latin America; methodological hybridism; politic economy; communications policies; cultural industries.

¹ Texto a ser publicado in: SOUSA, Helena (org.). *Economia política da comunicação e dos media*. Porto: Porto Editora.

² Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, mestre em Sciences da l'information et de la Communication pela Université Stendhal-Grenoble 3, jornalista, coordenador do Núcleo de Pesquisas de Políticas e Estratégias de Comunicações da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e professor/pesquisador visitante no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Apesquisa em comunicação na América Latina apresenta certas peculiaridades. Da mesma forma que ocorreu na formação social, política, econômica e cultural da região, mesclando uma série de influências nativas e estrangeiras, os estudos e práticas comunicacionais adquiriram um caráter híbrido/mestiço. As perspectivas teórico-metodológicas utilizadas na região por boa parte dos estudiosos têm feito com que a comunidade internacional passe a respeitar tal hibridismo/mestiçagem não mais como algo *exótico*, mas como *diferente*. Mas há ainda um grande caminho a ser percorrido pelo chamado *pensamento comunicacional latino-americano*, principalmente no que se refere à difusão de suas observações em publicações em inglês e em francês.

Na área de estudos da economia política e das políticas de comunicações não é diferente. O diálogo entre pesquisadores latino-americanos se dá muito bem no interior da própria região, no entanto, se limita a algumas incursões em grupos de Portugal, da Espanha, da França e de Quebec (Canadá). Dessa forma, este texto tem como objetivo expor um panorama do que vem sendo debatido na América Latina com a utilização de referenciais da economia política das comunicações e das indústrias culturais ao longo dos últimos 50 anos.

Antes disso, faz-se necessária uma breve apresentação da trajetória desse pensamento comunicacional latino-americano para que se possa melhor compreender a inclusão das temáticas da economia política e das políticas de comunicações no quadro regional.

A periodização mais clássica sobre a evolução dos estudos comunicacionais na América Latina começa com a criação do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina (Ciespal), em 1959, na capital do Equador, Quito, sob a égide da Unesco. No entanto, não se pode afirmar que as observações mais apro-

fundadas sobre os problemas ligados às comunicações tenha começado a partir daí. Já na década de 1920, no Brasil, Barbosa Lima Sobrinho publicou o livro *O problema da imprensa* (de 1923) e Rui Barbosa, *A imprensa e o dever da verdade* (de 1920). Esses primeiros textos, e outros poucos que se seguiram nos anos 1930, eram ou muito descritivos ou excessivamente ensaísticos, características que perduraram por muitos anos em estudos posteriores de boa parte dos intelectuais latino-americanos, que têm dificuldade de desenvolver estudos numa perspectiva mais analítica ou mesmo empírica.

Os anos 1940 foram marcados pela continuidade de trabalhos descritivos sobre a imprensa e a publicidade em vários países da região, principalmente no Brasil, na Argentina, no México, no Peru e no Chile.

Mas foi nos anos 1950 que o meio acadêmico se viu ultrapassado pelas iniciativas de pesquisas realizadas por empresas de rádio e de televisão. Foram criados departamentos comerciais que encomendavam estudos quantitativos de audiência a grandes institutos de pesquisa como Gallup e Ibope³. Tal direcionamento fez com que os acadêmicos fossem forçados a voltarem as atenções para os fenômenos ligados à recepção, o que acabou se tornando uma das mais importantes áreas de pesquisa na América Latina.

Não havia uma sistematização clara da condução dos estudos nem sequer critérios metodológicos ou referenciais teóricos bem definidos. O que se registrava era um amontoado de paradigmas emprestados das ciências sociais, adaptados aos estudos comunicacionais.

O Ciespal surgiu, então, como principal reduto de encontro para dar início ao que hoje pode ser chamado de pensamento comunicacional latino-americano. Mas como o espírito desse tipo de escola era diretamente ligado aos ideais de desenvolvimento regional, era necessária uma

³ Sigla de Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, que se tornou substantivo incorporado à língua comum para designar status e prestígio, tamanho o uso que a mídia faz de suas pesquisas.

importação de modelos, principalmente vindos dos Estados Unidos, com a sociologia empírica do *Mass Communication Research*, e da França, com as ciências da informação. A utilização de tais abordagens foi difundida entre os pesquisadores latino-americanos durante todo o período dos anos 1960, mas alguns perceberam que o uso de metodologias importadas não se adequava a certas especificidades da realidade regional.

É necessário aqui recordar que a origem da palavra *método* vem do grego e do latim e significa “caminho para chegar a um fim”. E é certo que os objetivos e as problemáticas de americanos e europeus não são os mesmos que os dos latino-americanos. Havia um outro ponto-chave de diferenciação: a maior parte dos estudos era feita em centros ou grupos de pesquisa (ININCO, na Venezuela; CEREN, no Chile; e ILET, no México) enquanto poucos eram realizados em centros universitários.

A teoria da dependência e a teologia da libertação já haviam ganhado força nos anos 1960 se opondo à teoria do desenvolvimento e gerado a teoria da participação popular. Com isso, nos anos 1970, vê-se a emergência de trabalhos mais engajados politicamente, fundados sobretudo nas perspectivas de Frankfurt e de Gramsci. Em países com realidades muito semelhantes (miséria, ditadura militar, desigualdades sociais...), a opção por estudos marxistas representava uma maneira de posicionar-se que parecia ser a mais eficaz em oposição aos meios de comunicação e ao protecionismo das elites exercido pelo Estado. Foi nessa época que se registrou a maior quantidade de ensaios críticos, sem contudo consistência metodológica, teórica e com poucos elementos empíricos. É certo que o “ensaísmo” tem o seu lugar e é importante como gênero de texto acadêmico, mas se não tem uma boa fundamentação, acaba se inclinando mais para o lado do discurso do que da ciência.

Na mesma década também pode-se ver o início do que, mais tarde, seria qualificado de “hibridismo metodológico”: estratégias funcionalistas americanas começam a misturar-se às análises mais aprofundadas da perspectiva européia. Desta forma, consegue aproximar-se um pouco mais das problemáticas locais e regionais. O pesquisador boliviano Luis Ramiro Beltrán (1975: 187-192) sugere então uma “comunicologia da libertação”.

Tal inquietação tem origem em uma grande reunião do Ciespal, em 1973, na Costa Rica. O objetivo era discutir um ponto de partida de reorientação da abordagem metodológica para a pesquisa em comunicação na América Latina. Dois importantes assuntos de reflexão foram expostos:

1. As teorias e as metodologias utilizadas continuam a ser muito ligadas aos modelos americanos (Chicago) e europeus (Paris e Frankfurt) e são aplicadas sem o devido contexto das realidades regionais.
2. É necessário procurar definir procedimentos metodológicos mais próximos dos problemas latino-americanos.

Mas estabelecer uma abordagem metodológica para uma ciência tão complexa e diversificada como o caso da comunicação não é um trabalho tão fácil de ser realizado. Algumas disciplinas e ciências passaram séculos à procura de paradigmas aplicáveis, não sem muitos esforços e sem saber se poderiam ser definitivos ou não. Além disso, o fim das ditaduras militares marcava o início da abertura política na maior parte dos países do continente, de modo que a pesquisa denunciadora e contestatória começava a ficar sem sentido.

Os anos 1980 registraram uma baixa na produção científica em comunicação, e esse foi um fenômeno quase mundial. Já havia um reconhecimento internacional das pesquisas latino-americanas, mas a crise de identidade pôs

os estudiosos em uma situação de reflexão a respeito de seus papéis. Um ponto positivo foi que a amizade existente entre os acadêmicos mais conhecidos fez que os congressos regionais da Associação Latino-americana de Investigadores de Comunicação (Alaic) e a Federação Latino-americana das Faculdades de Comunicação Social (Felafacs) se transformassem em fóruns para debater um novo perfil para a pesquisa na região em um projeto comum.

Nos anos 1990, a comunidade internacional pôde melhor apreciar os resultados dessa reflexão, dado que uma boa quantidade de trabalhos começou a ser aceita nos congressos da International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e da International Communication Association (ICA). A comunicação e a pesquisa desenvolvidas na América Latina não eram mais olhadas pelo mundo apenas como algo exótico. A fórmula de mesclar as perspectivas funcionalistas e críticas nas pesquisas sobre questões locais, mas com uma visão global, continua a chamar a atenção da comunidade acadêmica internacional. Um fenômeno que americanos e europeus mais desavisados não chegam a compreender plenamente.

É necessário aqui reconhecer que, mesmo com essa evolução do pensamento comunicacional latino-americano, não se pode dizer que todos consigam seguir uma metodologia tão clara. Os pesquisadores sabem fazê-la, mas não sabem necessariamente *como* a fazem. Seria equivocado dizer que há uma *metodologia latino-americana*; talvez uma *perspectiva latino-americana*.

É necessário, no entanto, que alguns pesquisadores saiam dos posicionamentos da infância, utilizando apenas as idéias de um único pai teórico, e que também parem de manter-se na adolescência, pensando que as respostas que dão são as melhores, sem contudo terem atingido a maturidade.

Uma nova onda de referenciais vem influenciando a pesquisa na região nos últimos anos. A velocidade dos estudos e práticas em torno das “novas” tecnologias está confundindo acadêmicos, levando muitos a equívocos baseados em observações superficiais, o que faz Jesús Martín-Barbero (2004: 10) alertar para uma “crescente tendência ao autismo tecnicista e à hegemonia gerencial que parecem estar se apoderando dos estudos de comunicação na América Latina”.

Apesar dos problemas da pesquisa na região, é preciso dar especial destaque para trabalhos críticos em algumas áreas específicas:

1. *Comunicação comunitária/popular* – Estudos nas comunidades urbanas e o uso por parte destas dos meios de comunicação social, principalmente o rádio e a imprensa de bairro.

2. *Comunicação e desenvolvimento* – Implementação de programas de acesso às tecnologias de educação e agricultura.

3. *Comunicação e educação* – Pesquisas sobre dois eixos: a leitura crítica dos meios e a utilização das tecnologias para o ensino em todos os níveis.

4. *Comunicação política* – Observação do papel da imprensa e do marketing político nas eleições.

5. *Estudos de recepção* – Sobretudo análises a respeito dos efeitos das telenovelas nas classes populares com a utilização de uma perspectiva dos estudos culturais⁴.

6. *Folkcomunicação* – Pesquisa sobre as manifestações populares e como os meios de comunicação de massa tratam os fenômenos.

7. *Identidades culturais e globalização* – Estudo das questões da diversidade cultural e a influência dos meios de comunicação na formação de identidades, além da observação dos fenômenos da mundialização da cultura, da

⁴ Em uma adequação dos *cultural studies* ingleses ao contexto latino-americano.

globalização econômica e da planetarização dos interesses de cada país no conjunto das realidades locais e regionais em relação às preocupações internacionais.

8. *Imprensa e interesse público* – Questionamento do papel da ética da imprensa em relação aos governos e aos cidadãos.

9. *Políticas e economia política das comunicações* – Pesquisas sobre os modelos de regulação e de regulamentação; o debate sobre a propriedade e democratização dos meios de comunicação; a concentração da produção e da distribuição de bens culturais e o fluxo informacional.

A adequação latino-americana: economia (e) política de comunicações

Foi nos anos 1950 que as preocupações a propósito da cultura local apareceram com mais força. A teoria do imperialismo cultural americano encontrou um terreno fértil quando começou-se a ver os jovens latino-americanos em jeans, ouvindo *rock'n roll* nas rádios, comendo sanduíches, assistindo a filmes de Hollywood em todas as cidades, mesmo nas menores. A ameaça às culturas nacionais batia à porta da América Latina.

Nos anos 1950 e 1960 vários grupos industriais americanos instalaram suas fábricas nos países em desenvolvimento. Os governos abriram seus mercados a qualquer espécie de investimentos vindos dos Estados Unidos sem nenhuma política de proteção industrial. No campo da cultura, alguns países estabeleceram a obrigação de incluir o inglês como segunda língua nas escolas, em substituição ao francês. Mas nem tudo andava como previsto. A América Latina tinha sua própria música, sua própria televisão, sua própria literatura, sua própria imprensa, seu próprio esporte, seu próprio *star system*.

Aos poucos pesquisadores e empresários de mídia começam a encontrar respostas para questões muito antigas, a principal delas que *o local não é uma oposição ao global*, e que não há necessariamente uma força maligna e invisível querendo dominar corações e mentes. Descobriu-se que o que rege as estratégias de comunicações é o mercado, o lucro. E para analisar e criticar tal fenômeno latino-americano foi necessária a busca de teorias mais sólidas do que os modelos fundamentados em preconceitos e/ou importados.

Há ainda um dilema a ser discutido por pesquisadores e epistemólogos para uma melhor fundamentação teórica dos conceitos relativos à economia (e) política de comunicações, que está no fato de tal problemática ser cercada de um lado pelas políticas culturais e de outro pelas políticas industriais. Ambas são sustentadas por arcabouços teóricos estabelecidos no século XIX e rediscutidos ao longo do século XX. A influência das políticas culturais no âmbito das políticas de comunicações ocorre sobre as questões relativas ao conteúdo. Quanto às políticas industriais, o poder é bem maior, já que envolve também uma estrutura industrial forte e apoiada por boa parte das políticas públicas – exemplos são a infra-estrutura de telecomunicações, os subsídios às fábricas de equipamentos, os empréstimos a fundo perdido etc. A primeira está ligada às estratégias de atuação, regulamentação e regulação do conteúdo, enquanto a segunda age sobre a tecnologia.

A maior parte das pesquisas se atém às conseqüências dos fenômenos em relação ao interesse social. Mas o que ocorre no “mundo real”, fora dos muros da academia, é uma supremacia dos interesses empresariais e comerciais rapidamente atendidos pelos que tomam as decisões em relação ao estabelecimento e reformulação das políticas. E aqueles estudos mais centrados na análise crítica das tecno-

logias das comunicações nem sequer são levados ao conhecimento de políticos, governantes, empresários e menos ainda da sociedade como um todo.

Muitos pesquisadores levam tal constatação ao pé da letra e acabam se tornando tão engajados que deixam de lado a cientificidade, fazendo com que reflexões sobre uma temática tão rica acabem tendendo para que a ideologia tome o lugar da teoria e a polêmica, o lugar destinado à pesquisa.

A saída encontrada foi uma conjugação da observação empírica geradora de exposições descritivas com a reflexão teórica, na busca de uma práxis mais voltada para a compreensão dos problemas e a indicação de propostas para tentar solucioná-los. Os pesquisadores viram a necessidade imediata de encontrar parâmetros de análise para as pesquisas sobre tais fenômenos. Como já foi dito, os intelectuais sabem que papel devem desempenhar, mas para que isso seja feito dentro dos critérios de cientificidade é preciso que saiam em busca de uma teoria mais sólida – ou um conjunto delas. No caso levantado pela problemática das indústrias culturais na América Latina, elas podem ser: 1) pela esfera pública habermasiana; 2) pelas políticas de comunicações; 3) pela economia política ortodoxa; 4) pelas “novas” tecnologias; e 5) pelas indústrias culturais e pela economia política da comunicação.

A primeira possibilidade de referencial leva em conta que todo processo da relação dos atores sociais entre si e visando influenciar as políticas no setor das comunicações está vinculado ao que acontece no interior do *espaço público habermasiano*. Não apenas aquele da esfera pública burguesa dos cafés e salões literários da Londres e da Paris dos séculos XVIII e XIX, mas sua nova dimensão, trazendo para o momento atual as dinâmicas e lógicas sociais, tendo

as comunicações como um elemento bem mais presente do que na visão inicial do “jovem” Habermas.

O próprio autor reviu muitas de suas posições em textos publicados no início dos anos 1990 e chegou à conclusão de que os meios de comunicação são tão necessários às mudanças econômicas como nas discussões políticas, e que atualmente a sociedade civil é composta por grupos organizados vindos dos movimentos populares que acolhem, discutem e repercutem os problemas sociais da esfera privada de tal forma que se transformaram em um importante ator de pressão na esfera pública (Habermas 1997).

A maneira como organizações da sociedade civil na América Latina se apropriaram dos meios de comunicação – principalmente o rádio, o cassete, o vídeo e, mais recentemente, a internet – nos últimos 30 anos tem dado uma amplitude ainda maior ao antigo conceito de espaço público. O cidadão, antes um espectador, passa a ter a possibilidade de estar em cena e exercitar sua razão crítica, sem que com isso caia nas facilidades do determinismo tecnológico. Como lembra Gaëtan Tremblay (1990: 73), a pesquisa crítica deve:

Reconhecer esta dupla fundamentação do desenvolvimento da mídia, esse duplo papel de constituição tanto da esfera privada como da esfera pública. Essa dualidade é que permitiu a existência de sistemas organizacionais do audiovisual tão diferentes no seio de democracias autenticamente burguesas.⁵

O segundo possível caminho tentado pelos pesquisadores latino-americanos foi o das políticas de comunicações, que teve o início de sua discussão com base nas propostas lançadas pela Unesco no final dos anos 1960, a partir do debate sobre o fluxo das informações no mundo, em um momento em que a Guerra Fria dividia o planeta em duas

⁵ Tradução do autor.

partes. Em uma realidade que ainda era expressa em Leste e Oeste, a Unesco, que até então não se manifestava muito em termos políticos, passou a encabeçar uma rede internacional de debates sobre as diferenças históricas existentes entre os hemisférios Norte e Sul, tendo como foco o uso dos meios de comunicação. Aquela parte do planeta que não se alinhava diretamente nem com o sistema capitalista americano/europeu nem com o comunista da União Soviética e seus aliados representava uma grande parcela da população. O Terceiro Mundo deveria ter sua própria voz como difusora de cultura, conhecimento e desenvolvimento.

Diante dessa preocupação, a América Latina teve uma importância fundamental, pois a região já vinha servindo de laboratório da Unesco em seu projeto de associar comunicações a desenvolvimento. O Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina (Ciespal) já funcionava em Quito desde 1959 com o apoio da organização, e as discussões em torno de políticas públicas estavam adiantadas, tendo se intensificado nos anos 1970 com levantamentos encomendados a pesquisadores da região com base em princípios lançados em Paris, em 1972.

Fundamentada nos ensaios que tiveram a região como cobaia, a Conferência Intergovernamental de Comunicação, em 1976, na Costa Rica deu as bases do paradoxo que ocorreu na região em relação ao pioneirismo nos debates sobre políticas públicas de comunicações. O paradoxo da situação era que a maioria dos países estava sob ditadura militar, mas se mostravam abertos ao debate sobre a democratização da comunicação. É que para os militares, historicamente, a comunicação é uma peça estratégica e deve estar nas mãos do Estado. A confusão se dava por três motivos: 1) pelo fato de haver um uso indevido do conceito

de *público*, que era usado como sinônimo de *estatal*; 2) pelo fato de os governos estarem se abrindo para o diálogo com forças da sociedade que defendiam não somente a democratização dos meios, mas a democratização política; e 3) pelo fato de as elites – proprietárias dos veículos de comunicação –, em sua maioria, serem parceiras de primeiro momento dos militares.

Dessa reunião saiu a Declaración de San José, em que os países que a assinam declaravam:

[...] Que estabelecer planejamento e programas para o uso extensivo e positivo dos meios de comunicação dentro das políticas de desenvolvimento deve ser responsabilidade conjunta do Estado e dos membros da sociedade;

Que as políticas nacionais de comunicação devem ser concebidas no contexto das próprias realidades, da livre expressão do pensamento e do respeito aos direitos individuais e sociais;

Que as políticas de comunicação devem contribuir para o conhecimento, compreensão, amizade, cooperação e integração dos povos, em um processo de identificação de alianças e necessidades comuns, respeitando as soberanias nacionais, o princípio jurídico internacional de não intervenção entre os Estados e a pluralidade cultural e política das sociedades e dos homens, na perspectiva da solidariedade e da paz universais [...] (Unesco 1976).

Todos esses princípios eram muito louváveis no papel, mas diante da realidade latino-americana de ter na época a maioria de seus países sob ditadura militar, as intenções da Unesco pareciam algo muito distante de ser colocado em prática. Contudo, foi a partir da Declaración de San José e da Resolução nº 100 da 19ª Conferência Geral da Unesco, em Nairobi, também em 1976, que saiu a base para o início dos trabalhos da Comissão Internacional

para o Estudo dos Problemas da Comunicação, que teria a missão de fazer um exame geral dos problemas relativos à Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

Para presidir as atividades da comissão foi convidado Sean McBride, prêmio Nobel da Paz (1974) e Lenin da Paz (1977), herói da independência da Irlanda e fundador da Anistia Internacional. A comissão era composta por personalidades de várias áreas, sendo a maioria intelectuais. Dos 15 membros além do presidente, dois eram latino-americanos: o escritor e jornalista Gabriel García Márquez, da Colômbia, e o pesquisador Juan Somavia, do Chile.

Muitos autores, de vários países, já trabalharam com a definição do conceito das políticas de comunicações. As colaborações apresentadas a seguir parecem as mais adequadas, pois são de três latino-americanos. O pesquisador boliviano Beltrán (1982: 7), que desempenhou um importante papel na defesa das idéias contidas nesse conceito, pois já em 1971 fez parte daquela primeira comissão de especialistas formada pela Unesco para a elaboração de um documento internacional sobre o tema, explica:

Uma política nacional de comunicação é um conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais de comunicação harmonizadas em um corpo coerente de princípios e normas dirigidos a orientar a conduta das instituições especializadas na participação do sistema de comunicação de um país.

Outra definição que chama a atenção é a do pesquisador argentino Joerge Daniel Cohen (1988: 69):

A política nacional de comunicações pode definir-se como o “Conjunto de normas, princípios e práticas sociais relacionadas com a administração, organização e funcionamento

dos recursos humanos e técnicos para orientar o sistema comunicacional de um país”.

De modo que a política contempla não apenas as normas jurídicas, como também os princípios do sistema e as práticas sociais.

Já o brasileiro Sérgio Caparelli (1997) associa o conceito de política cultural para falar de comunicação:

Para descrever esse tipo de estudo, não raro com um conteúdo fortemente ideologizado, poderíamos adaptar a conceituação que Teixeira Coelho faz para política cultural, “entendida habitualmente com o programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer às necessidades culturais da população e satisfazer o desenvolvimento de suas representações simbólicas”.

Neste caso, basta substituir o termo cultura por comunicação e temos um conceito de política de comunicação [...].

As três definições são muito claras e se complementam. O grande problema do uso do conceito está no fato de que os estudos em torno das políticas de comunicações ainda carecem de uma base teórica e de uma metodologia consistentes. Um pesquisador que observa o mesmo problema é Robert White (1985: 119), ao dizer que os pesquisadores críticos devem reconhecer as possíveis inconsistências e limitações de seus próprios conceitos:

Um problema mais perigoso – e um problema que diz respeito especialmente a pesquisadores de comunicação e aos que desempenham essa política – é que alguns dos maiores modelos de política que se dizem a base para desenvolver comunicações mais democráticas, e que são as diretrizes reais para a política atual, incorporam muitíssimas contradições e inconsistências.

O alerta de Robert White foi dado há 20 anos, mas até hoje ainda é preciso estar atento, principalmente em um mundo que de lá para cá atravessou uma série de modificações, incluindo as paradigmáticas. Pouco depois da queda do Muro de Berlim, na literatura acadêmica ainda havia aqueles que insistiam em manter um discurso combativo, muitas vezes dogmático, em lugar de refletirem e debatem sobre a nova realidade. Direcionando um texto exatamente para esses pesquisadores, José Marques de Melo viria a defender que não há mudança na retórica sem que haja uma alteração na postura acadêmica, conselho que se aplica também a muitos estudiosos ligados à vertente teórica que será exposta a seguir.

Não se muda a retórica sem que haja uma mudança da postura acadêmica. E necessariamente essa mudança de atitude pressupõe a diferenciação entre o trabalho de pesquisa e a militância política.

É necessário observar com atenção, no caso latino-americano, as experiências de pesquisa-denúncia, pesquisa-ação, pesquisa-participante. São alternativas marcadas pela conjuntura de resistência ao autoritarismo dos anos 1970 e 1980, mesmo que desgastadas pelas distorções metodológicas de pesquisadores ingenuamente convertidos em missionários de causas nobres, tornando-se cúmplices de uma desvalorização da atividade científica (Marques de Melo 1992: 46).

A terceira via para uma possível análise aqui tratada é a da economia política ortodoxa. Mesmo partindo do princípio de que os interesses comerciais extrapolam os limites das empresas de comunicação na busca do lucro e se infiltram no intrincado conjunto de corredores da burocracia do Estado, ou que por mais que as estratégias empresariais representem o principal peso na movimentação dos atores sociais, não se deve esquecer que

a história dos meios de comunicação modernos não é apenas uma história econômica de sua crescente incorporação a um sistema capitalista, mas também uma história política de sua inserção cada vez mais forte no exercício da cidadania (Golding & Murdock 2000: 76).

Outro encaminhamento dado pelos pesquisadores ingleses é que há quatro pontos marcantes para a distinção entre o estudo das políticas e estratégias no campo das comunicações e a abordagem economicista: primeiramente, a área dos sistemas de comunicações é holística; em segundo lugar, é histórica; em terceiro, é direcionada para o equilíbrio entre o setor privado e a intervenção do Estado; e, finalmente, ainda segundo Peter Golding e Graham Murdock (2000: 73), “talvez o mais importante de tudo, isso vai além das vantagens tecnológicas de eficiência para contemplar questões morais básicas de justiça, de equidade e de bem público”.

O ponto-chave das mudanças que acabaram também chegando às empresas de comunicações na América Latina foi a crise do petróleo no início dos anos 1970. A partir daquele momento, com a ameaça de uma inflação fora de controle e perdas financeiras incalculáveis, governos e empresas se viram obrigados a uma mudança radical em suas políticas e estratégias sem que tivessem o preparo adequado para isso. Para que fossem mantidas as estruturas, foi necessária uma reestruturação no modo de produção e nas relações capital e trabalho, a expansão de mercados em outros países e, principalmente, o implemento de subsídios dos Estados para aumentar a produtividade e competitividade de empresas nacionais, em detrimento de projetos sociais.

O estopim da crise do petróleo também afetou a academia e a produção de análises sobre os desdobramentos que tal fenômeno provocaria na sociedade. O ponto pu-

ramente economicista começou a ser deixado de lado, e uma perspectiva crítica sobre os sistemas de comunicações passou a ser exposta pouco a pouco nos estudos clássicos de Antonio Pasquali, Armand Mattelart, Cees Hamelink, David Samolão Amorin, Diego Portales, Elizabeth Fox, Emile McAnany, Fernando Reyes Matta, Héctor Schmucler, Herbert Schiller, Jesús Martín-Barbero, José Marques de Melo, Kaarle Nordenstreng e Tapio Varis, Luis Ramiro Beltrán, Mario Kaplún, Patrícia Anzola, Rafael Roncagliolo e Roque Faraone, entre outros. Os aspectos sociais, políticos, culturais e da própria comunicação foram enfim incorporados à visão econômica.

Do final dos anos 1970 culminando nos 1990, uma série de pesquisadores deu continuidade a tal abordagem, mesclando e adequando ainda mais referências e análises da economia política com as das políticas de comunicações. Dessa linha pode se destacar uma nova geração de estudiosos, como Guillermo Mastrini, da Argentina; Alain Herscovici, Anita Simis, César Bolaño, Dênis de Moraes, Edgard Rebouças, Juçara Brittes, Luiz Gonzaga Mota, Márcio Dantas, Murilo César Ramos, Othon Jambeiro, Roberto Amaral, Sérgio Caparelli, Suzy Santos e Valério Brittos, do Brasil; Delia Covi, Enrique Sánchez Ruiz e José Carlos Lozano, do México.

O quarto ponto de reflexão acabou sendo impulsionado na América Latina baseado em estudos e práticas ligadas ao conceito de comunicação e desenvolvimento, em que as “*novas*” *tecnologias de informação e comunicação* poderiam ser aplicadas na região como a panacéia para os problemas do campo, com o uso do rádio e da TV para a extensão rural, e da cidade, com as mesmas tecnologias utilizadas para a educação. O sentido utilitarista dos meios provocou uma série de equívocos, sendo supervalorizados por alguns e desprezados por outros.

No final dos anos 1980 e na primeira metade dos 1990 deu-se o ápice do pensamento voltado para o determinismo tecnológico. Diante da febre em relacionar todos os fenômenos das comunicações à questão da técnica parecia não estar claro que não era a tecnologia que determinava as lógicas sociais. Como lembra Castells (2000: 25),

o dilema do determinismo tecnológico é provavelmente um problema infundado, dado que a tecnologia *é* a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.

Ao seguir as pistas deixadas por Marshall McLuhan na década de 1960, com sua visão de *aldeia global*, Castells tinha a ilusão de que a democratização viria com a facilitação do acesso, sendo que este é um ponto altamente questionável.

É importante lembrar o papel que o Estado tem sobre esse processo. Em nome do interesse público, ou atendendo a interesses empresariais, pode estabelecer ou não políticas de desenvolvimento tecnológico. Desta forma, fazer com que a sociedade tenha acesso às inovações, o que certamente mudará seu modo de vida. Foi assim com as estradas de ferro, com a luz elétrica, com o telégrafo, o telefone... enfim, uma série de tecnologias que se vincularam intimamente às práticas sociais. Tal fenômeno acabou dando uma importância excessiva aos detentores dos sistemas de conhecimento e de produção tecnológica não só na América Latina.

Não se sabe ainda se isso tudo está gerando uma nova estrutura social ou se a sociedade está se adaptando, como sempre o fez historicamente. O que pode ser analisado, isto sim, é o surgimento de novos modos de produção, de circulação, de consumo e de regulação: a passagem do fordismo para o pós-fordismo – ou “gatessismo” (Tremblay 1995).

O risco por que passam alguns pesquisadores latino-americanos é o de cair na armadilha de, diante da velocidade com que evoluem as tecnologias, querer tratar de políticas de comunicações somente por este prisma, como vem ocorrendo em muitos estudos ligados ao setor. A pauta mais recente é a escolha do padrão da televisão digital. O tema tem sido abordado como se fosse apenas vinculado a uma troca de aparelho, o velho pelo novo, mais ou menos como foi na passagem da TV em preto-e-branco para a TV em cores nos anos 1970. A questão deve envolver análises muito mais profundas do que se a opção será pelo modelo americano, europeu, japonês, chinês ou até brasileiro.

O fato é que os setores ligados ao capital se empenham cada vez mais em pesquisas ligadas às “novas” tecnologias. Enquanto isso, a maioria das pesquisas acadêmicas na região continua atrelada às conseqüências dos fenômenos tecnológicos em relação à produção de sentidos por parte do receptor. O que ocorre é que os interesses socioeconômicos acabam sendo deixados de lado pelos pesquisadores.

Por fim, a quinta abordagem possível é a das hipóteses e teorias sustentadas pelos estudos *das indústrias culturais e da economia política da comunicação*. A readequação do conceito cunhado por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em 1947 começou a ser feita a partir do momento em que os textos dos principais pensadores da Escola de Frankfurt passaram a ser traduzidos do alemão nos anos 1970. E, a partir daí, serem utilizados como alternativa paradigmática pelos pesquisadores das ciências sociais, sobretudo na América Latina dominada por ditaduras militares. Mas a sociedade e os meios de comunicação mudaram muito. E uma das principais modificações foi que os processos de produção, antes desprezados, ganharam uma especial importância de análise com o passar de quase 30 anos.

O ponto de vista que antes era ético-filosófico – de Frankfurt – passava a ser socioeconômico. Assim, a análise das estruturas empresariais e das estratégias dos atores ligados ao setor das comunicações caiu como uma luva para aquilo que estudiosos latino-americanos observavam, mas sem referencial teórico.

Os primeiros trabalhos com discussões dentro dessa nova perspectiva chegaram à América Latina por meio de intercâmbios de pesquisadores da região com autores como os franceses Bernard Miège e Patrice Flichy, os espanhóis Enrique Bustamante e Miguel de Moragas Spà, o italiano Giuseppe Richeri e com os quebequenses Gaëtan Tremblay e Jean-Guy Lacroix. Todos se tornaram presença constante em eventos científicos na região, abrindo espaço para latino-americanos em seus centros de estudos.

Já os estudos de Vincent Mosco, sobretudo em seu trabalho maior *The political economy of communication: rethinking & renewal*, de 1996, têm entrado de forma mais lenta na região, apesar de ter uma definição que se adapta com perfeição à realidade latino-americana. No conjunto de sua obra, o sociólogo parece ter conseguido reunir todas as conceitualizações buscadas até agora para a compreensão das relações de poder em torno das políticas de comunicações em três únicas frases bem objetivas. Falando em *economia política da comunicação*, e não do uso da economia política ortodoxa, ele define:

O estudo das relações sociais, principalmente das relações de poder, que mutuamente constituem a produção, a distribuição e o consumo de recursos. [...] Além disso, a economia política tende a se concentrar em um ponto específico das relações sociais organizadas em torno do poder ou de sua habilidade para controlar outras pessoas, processos e coisas, mesmo que enfrentando resistência. [...]

Uma outra definição um pouco mais geral e ambiciosa de economia política é o estudo do controle e sobrevivência em sociedade (Mosco 1996: 25-26).

Conclusões provisórias

A necessidade do uso do termo *provisório* para a conclusão deste artigo se dá pelo fato de na América Latina tudo estar sempre em movimento, a região vive em um eterno gerúndio: descobrindo, fazendo, mudando, crescendo, errando, enfim, se encontrando. E não é diferente nas ciências da comunicação.

No caso das pesquisas, o mapa dos conceitos básicos tem sido explorado pelos estudiosos da região, mas, ao mesmo tempo, muitos compreenderam que era preciso trocar o lugar de onde eram formuladas as perguntas (Martín-Barbero 1993: 229). A perspectiva latino-americana, inspirada em uma mescla dos modelos europeus e americanos, com influências regionais da *teoria da dependência*, da *teologia da libertação* e da *pedagogia do oprimido*, tem se mostrado uma saída viável para os pesquisadores preocupados com os sistemas de comunicações e o papel que desempenham na sociedade.

O posicionamento de alguns pesquisadores mais ortodoxos também tem mudado. Como ressalta José Carlos Lozano, na América Latina, a dicotomia historicamente registrada entre os positivistas e os críticos tende a se diluir com a aproximação da perspectiva crítica com a dos estudos culturais:

Por caminhos diferentes, os positivistas reconsideraram a influência da mídia e perceberam algumas de suas insuficiências [...]. Paralelamente, as abordagens críticas de maior destaque atualmente, dos culturalistas, se distanciaram do pessimismo das tradições críticas apriorísticas e

abandonaram a concepção das audiências passivas e facilmente manipuláveis (Lozano 1996: 25).

O sentido crítico e transformador visível nos caminhos abertos por Paulo Freire conduz os pesquisadores latino-americanos em economia (e) política de comunicações a uma utopia possível, em que a práxis ocupa o lugar da *torre de marfim*. Caminho este que tem ainda muito a aprender, mas já um pouco a ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÁN, Luis Ramiro. *Las políticas nacionales de la comunicación en América Latina*. Paris: Unesco, 1974.
- . “Research ideologies in conflict”, in *Journal of Communication*, vol. 25, nº 2, 1975, p. 187-192.
- . “No renunciemos jamas a la utopia”, in *Chasqui*, nº 3, abr.-jun./1982, p. 5-18. Entrevista concedida a Patricia Anzola.
- . *Investigación sobre comunicación en Latinoamérica: inicio, transcendencias y proyección*. La Paz: Plural/UCB, 2001.
- BERGER, Christa. “A pesquisa em comunicação na América Latina”, in HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. & FRANÇA, Vera V. *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOLAÑO, César. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.
- CAPARELLI, Sérgio. “Das políticas de comunicação à comunicação política (e vice-versa)”, in *PreTextos*. Salvador: Compós, 8/12/1997.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede* (vol. 1). 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CIESPAL. *Políticas nacionales de comunicación en América Latina: informe final*. Serie Comunicación y sociedad, nº 10. Quito: Ciespal, ago./1975.

- COHEN, Joerge Daniel. "Políticas de comunicación", in *Chasqui*. Quito: Ciespal, nº 28, out.-dez./1988, p. 69-74.
- FOX DE CORDONA, Elizabeth. *La herencia del fracaso*. Telos. Madri: Fundesco, nº 19, 1989, p. 121-126.
- GOLDING, Peter & MURDOCK, Graham. "Culture, communications and political economy", in CURRAN, James & GUREVITCH, Michael. *Mass media and society*. 3. ed. London/Nova York: Arnold/Oxford, 2000.
- GOMEZ MONT, Carmen. *Les industries culturelles en Amérique Latine*. Videoconferência entre as universidades Stendhal-Grenoble3, ParisXIII e UQAM realizada em 7/2/2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Droit et démocratie*. Paris: Gallimard, 1997.
- LOZANO RENDÓN, José Carlos. *Teoría e investigación de la comunicación de masas*. Monterrey: Person/Alhambra, 1995.
- MARQUES DE MELO, José. "Autocrítica para el rescate del Nomic", in *Chasqui*. Quito: Ciespal, nº 41, abr./1992, p. 46-51.
- . *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonia*. 3. ed. México: Gustavo Gili, 1993.
- . *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MOSCO, Vincent. *The political economy of communication: rethinking & renewal*. London: Sage, 1996.
- OROZCO, Guillermo. *La investigación de la comunicación dentro y fuera de América Latina: tendencias, perspectivas y desafíos del estudio de los medios*. La Plata: EPC, 1997.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- REBOUÇAS, Edgard. "La recherche en communication en Amérique Latine et son rôle dans la globalisation", in *Revista do Pensamento Comunicacional Latino Americano*, vol. 3, nº 1. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco, 2001.
- . *Grupos de pressão e de interesse nas políticas e estratégias de comunicações: um estudo de caso dos atores sociais no Brasil e no Canadá*. Tese de doutorado pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). São Bernardo do Campo, 2003.
- TREMBLAY, Gaëtan. "Les médias entre la sphère privé et l'espace public", in MIÈGE, Bernard (Org.). *Médias et communication en Europe*. Grenoble: PUG, 1990.

- . “The information society: from Fordism to Gatesism”, in *Canadian Journal of Communication*, vol. 20, Calgary, 1995, p. 461-482.
- TUFTE, Thomas. “Estudos de mídia na América Latina”, in *Comunicação & Sociedade*, nº 25, São Bernardo do Campo: Edims, 1996, p. 21-47.
- WHITE, Robert. “Contradições nas políticas contemporâneas de comunicação democrática”, in *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: Cebela/UFRJ, vol. 3, nº 1-4, jan.-dez./1985, p. 110-128.